

Caro Marco Alves,

As minhas diversas declarações de rendimentos foram entregues no Tribunal Constitucional (TC), Entidade à qual compete o respetivo depósito e tratamento adequado. Subsistindo alguma dúvida ou esclarecimento a fazer, há a necessária interação com o TC, o que, aliás, aconteceu. E é ao TC que me compete facultar todas as informações sobre os meus rendimentos e património.

Importa esclarecer que as declarações ao TC refletem a situação patrimonial do declarante no momento em que são entregues, devendo, naturalmente, ser lidas dessa forma.

Posso confirmar que todas as informações relativas aos passivos bancários e aos ativos financeiros foram remetidas ao TC e correspondem, salvo algumas correções formalizadas junto do mesmo (melhor referidas infra), à realidade efetiva do meu património, estando o meu processo junto do TC estabilizado.

Com efeito, a minha primeira habitação permanente em Lisboa foi a habitação identificada na declaração entregue em dezembro de 2015, sobre a qual pendia um passivo (nessa data) de cerca de 116,9 ME e que, ao longo do tempo, foi sendo amortizado.

Em 2018, já com a minha mulher e filho integrantes do agregado familiar, decidimos procurar uma nova habitação permanente, tendo, em simultâneo, iniciado as diligências para a venda da habitação identificada na declaração de 2015.

Foi nesse processo que em 2018 adquiri, em compropriedade com a minha mulher, a nossa atual habitação permanente em Lisboa, tendo contraído, para o efeito, um crédito habitação em nome de ambos, no valor de 450 000 €, e tendo o pagamento a pronto a que se refere sido efetuado pela minha mulher.

Formalizada, entretanto, a venda da primeira habitação permanente, foi liquidado (pelo valor que se mantinha ainda vigente) o crédito bancário associado a essa habitação.

O valor da venda dessa habitação permitiu-nos amortizar o já citado empréstimo de 450 000 €, como referido na declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos de 2019.

Quanto à oscilação que refere do ativo financeiro em 2019, tal deveu-se a um erro no preenchimento da declaração que submeti ao TC, porquanto o valor declarado nos campos de depósitos à ordem e depósitos a prazo estava errado (incluía três contas que se repetiam nos dois campos) e tive oportunidade de corrigir junto do TC, em fase de aferição e validação das declarações.

Em 2022 adquiri, em compropriedade com a minha mulher, uma segunda habitação em Montemor-o-Novo, tendo para tal contraído um crédito habitação em nome de ambos, e que ainda não foi liquidado.

17/03/25, 17:26

Gmail - ADENDA perguntas revista SÁBADO - Pedro Nuno Santos

Trata-se de uma segunda habitação, para usufruto familiar e não está à venda, pelo que as questões suscitadas acerca do mesmo se encontram respondidas.

Por fim, não tive, direta ou indiretamente, por mim ou por interposta pessoa, qualquer influência ou ação na apresentação da proposta de Vendas Novas no âmbito da Comissão Independente de Avaliação do Novo Aeroporto.

Cumprimentos,

Pedro Nuno Santos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

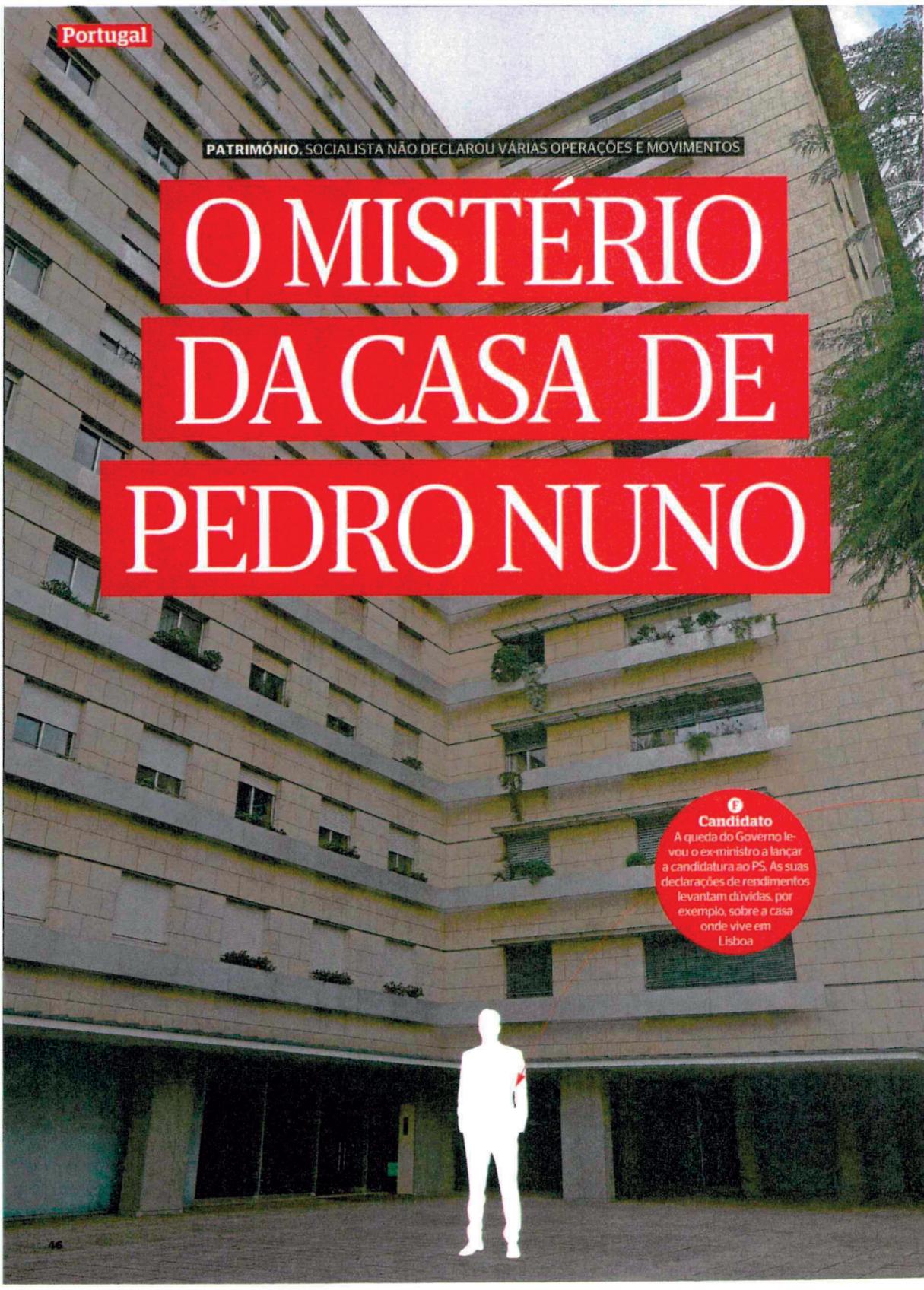
--

Pedro Nuno Santos



ID: 108165361

16-11-2023



ID: 108165361

16-11-2023

Quando em 12 de dezembro de 2018, Pedro Nuno Santos apresentou no Tribunal Constitucional (TC) uma atualização da sua declaração de rendimentos e património indicou na página 15 um crédito à habitação no valor de €450 mil. Na altura, era secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. Pouco depois, a 18 de fevereiro de 2019, foi promovido a ministro das Infraestruturas e teve de apresentar uma nova declaração, o que fez a 17 de abril desse ano. Aqui, havia outra mudança: desapareceu a dívida ao banco.

Recorde-se que, segundo a Lei nº 52/2019 ("Regime de exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos"), os políticos têm de apresentar uma declaração quando terminam funções, e outra quando iniciam, mas não só. Em qualquer altura durante o exercício de funções, têm de declarar ao TC qualquer alteração patrimonial que tenha ocorrido, desde que seja superior a 50 salários mínimos nacionais. Em 2019, eram €600, o que equivale a alterações patrimoniais superiores a €30.000.

O desaparecimento da dívida de €450 mil obrigaria Pedro Nuno Santos a apresentar uma declaração de atualização, o que não aconteceu no seu dossiê do TC, que a SÁBADO consultou. Ou seja, teria de informar o tribunal que recebeu na sua conta a ordem um determinado valor, que serviu para liquidar um crédito de €450 mil. Se o dinheiro tinha proveniência de alguma conta da mulher (com quem vive em regime de união de facto e que era cotitular do crédito habitação), ou se foi ela a receber o dinheiro de terceiros, Pedro Nuno Santos teria também de informar o tribunal, segundo manda a referida lei. Nada disso consta.

A juntar a isto, há outro dado: o crédito serviu para comprar uma casa em Lisboa (onde vive hoje). Segundo a escritura, de 24 de setembro de 2018, que a SÁBADO consultou, o imóvel custou €740 mil. Como pediu o tal crédito de €450 mil, significa que alguém avançou com mais €290 mil para a

Quando estava no Governo, o hoje candidato a líder do PS não declarou como pagou um empréstimo bancário de um apartamento. À SÁBADO começou por dizer que foi o pai que o ajudou a pagar uma dívida de €450 mil ao banco. Depois emendou para outra versão.

Por Marco Alves



PNS: "NÃO SINTO QUE LHE TENHA DE DAR MAIS ESCLARECIMENTOS DO QUE AQUELES QUE O TC ME PEDIU"



O pai

Américo Santos é dono da Tecmacal, que tem €1.154.740 em contratos públicos. O filho já vendeu a sua quota

ANUNCIOU O AEROPORTO EM ALCOCHETE QUATRO MESES DEPOIS DE COMPRAR MONTE NO ALENTEJO A 80 KM

aquisição do imóvel. Em resumo, entre setembro de 2018 e dezembro de 2019 (15 meses) Pedro Nuno Santos teve de ter dinheiro para pagar €450 mil de uma dívida e ainda €290 mil de sinal para uma casa, total: €740.000. Do conjunto de questões que fizemos por *email* ao agora candidato a secretário-geral do PS, destacamos duas: de onde veio este dinheiro e porque é que estas entradas e saídas foram omitidas ao Tribunal Constitucional?

As respostas de Pedro Nuno Santos à SÁBADO ocorreram em dois momentos. Numa chamada telefónica na sexta-feira, dia 10, feita por sua iniciativa, para prestar um enquadramento inicial, prometendo que especificaria depois por escrito, o que fez num *email* enviado já na madrugada de segunda-feira.

O caso dos 290.000

No telefonema de sexta-feira, Pedro Nuno Santos disse-nos que "não sabia" que tinha de atualizar declarações a meio dos mandatos. A SÁBADO notou a estranheza do argumento em face do que aconteceu um ano antes deste caso, quando o próprio Pedro Nuno Santos fez uma declaração ao TC (13/11/2017) apenas para informar que comprara um Porsche (ver caixa), um episódio que ficou célebre, mas o deputado manteve que "não sabia". No *email*, ignorou esta questão. Escreveu apenas que "as declarações ao TC refletem a situação patrimonial do declarante no momento em que são entregues, devendo, naturalmente, ser lidas dessa forma".

O deputado dá a entender indiretamente (como o tinha feito de forma direta ao telefone) que terão de ser os jornalistas, os magistrados do Ministério Público junto do Tribunal Constitucional, ou qualquer outro interessado, que têm de comparar declarações entregues com a diferença de anos entre elas e, se tiverem dúvidas, que as coloquem. Se assim fosse, um ministro poderia, por exemplo, a meio do mandato, receber avultados fundos de terceiros, e depois mobilizá-los de modo a não aparecerem na declaração

ID: 108165361

16-11-2023

Portugal

que teria de fazer anos depois, quando terminava funções. Não é o que a referida lei manda no seu artigo 14º, mas Pedro Nuno Santos alega que "não sabia".

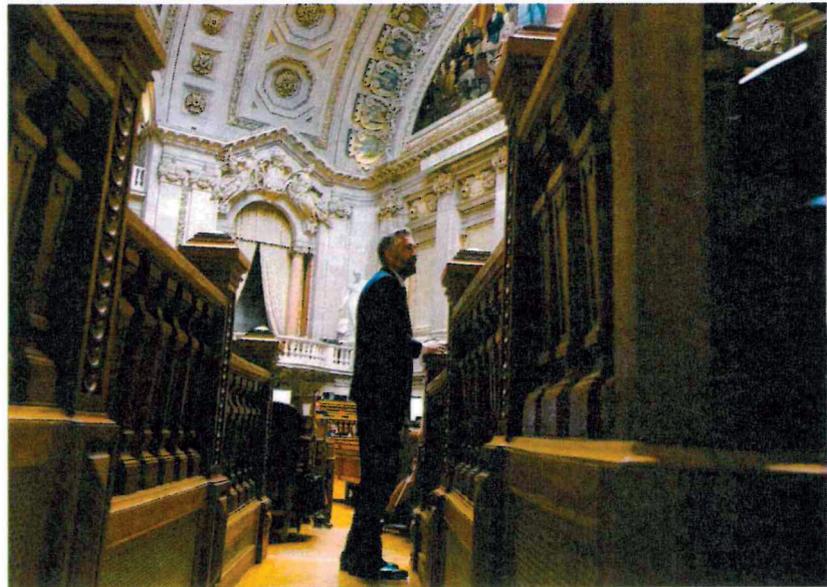
No telefonema com a SÁBADO, o socialista referiu explicitamente a origem dos fundos que lhe permitiriam liquidar antecipadamente o crédito dos €450 mil: "Foi o meu pai." Trata-se de Américo Santos, bem-sucedido empresário de São João da Madeira ligado à indústria do calçado. Pedro Nuno Santos não entrou em mais detalhes (quanto lhe deu o pai, quando e como o fez), que seriam referidos depois por escrito, como prometido, mas no *email* o pai desapareceu da equação.

Segundo Pedro Nuno Santos, foi a mulher que pagou os €290 mil de sinal da casa e foi ele que pagou os €450 mil com a venda da casa antiga onde morava. "Em 2018 adquiri, em copropriedade com a minha mulher, a nossa atual habitação permanente em Lisboa, tendo contraído, para o efeito, um crédito habitação em nome de ambos, no valor de €450 mil, e tendo o pagamento a pronto a que se refere [€290 mil] sido efetuado pela minha mulher. Formalizada, entretanto, a venda da primeira habitação permanente, foi liquidado (pelo valor que se mantém ainda vigente) o crédito bancário associado a essa habitação."

Pedro Nuno Santos não respondeu às nossas perguntas adicionais sobre a origem dos €290 mil da mulher, Catarina Gamboa, 40 anos, é chefe de gabinete do ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro – com quem, aliás, trabalha como adjunta desde 2013, quando ele era vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Na altura dos factos, Catarina Gamboa tinha na CML uma avença mensal de €2.562 brutos (em 2013-17), que depois passou para €3.752 brutos mensais (2017-18).

E o caso dos 450.000

Antes de comprar a casa onde hoje vive, Pedro Nuno Santos tinha a referida outra casa em Lisboa, que foi vendida algures em 2019 – não encontramos registo de o ter comuni-



Deputado diz que não sabia que tinha de informar o Constitucional sempre que alterasse património



Mulher

Catarina Gamboa era consultora na Augusto Mateus & Associados e desde 2013 trabalha com Duarte Cordeiro

DEPUTADO RECUSOU DIZER QUANTO CUSTOU A CASA ANTIGA EM LISBOA E POR QUANTO A VENDEU

cado na altura ao TC, tal como na primeira declaração em que esta casa aparece, a de 2015, nada é referido sobre o preço.

Com o dinheiro da venda, Pedro Nuno Santos diz que pagou o crédito que tinha sobre ela (não se sabe quanto; apenas que em 2015 era de €116.906) e ainda deu para pagar os 450 mil da nova casa (também não informou o TC que essa dívida desapareceu). Diz à SÁBADO: "Em 2018, já com a minha mulher e filho integrantes do agregado familiar, decidimos procurar uma nova habitação permanente, tendo, em simultâneo, iniciado as diligências para a venda da habitação identificada na declaração de 2015."

O deputado recusou responder a mais perguntas, nomeadamente quanto custou e por quanto vendeu esta casa antiga (ver caixa). A SÁBADO não conseguiu obter este



Montemor-o-Novo

Em fevereiro de 2022, o ministro comprou, por €570 mil, uma propriedade de 2,2 hectares com piscina, casa T4 de 248 m², terreno e árvores de fruto

dado porque a certidão predial (obtida com base na matriz predial e freguesia constante da declaração entregue no TC) refere que a última transação data de 1975. O imóvel é composto por loja e dois andares e não está sequer constituído em propriedade horizontal.

Solicitámos ajuda a um advogado especialista em Direito Imobiliário e Urbanismop, Henrique Moser, sócio da Antas da Cunha ECIJA, que falou com a SÁBADO em termos gerais (não soube de que político se tratava), explicando que não é obrigatório que um comprador registre a casa, mas tem de o fazer quando a vende. Por outro lado "é possível alguém fazer um contrato de promessa de compra e venda e depois ceder essa posição contratual – acontece muito". Não sabemos se foi o caso e se isso explica o mistério desta casa. Quanto ao facto de haver um crédito hipotecário, não encontra uma explicação para que não conste da certidão predial. "Teria de estar registado."

A SÁBADO enviou a Pedro Nuno Santos cópia desse documento, mas não obteve reação. O político encerrou mesmo o assunto, já numa mensagem via WhatsApp enviada esta terça-feira: "A minha resposta enviada por *email* é esclarecedora. O TC tem todas as minhas declarações de rendimento e património desde que fui eleito pela primeira vez deputado e durante o meu período de governante. E sempre que o TC pediu esclarecimentos adicionais foram prontamente esclarecidos. Não sinto, sinceramente, que



DE

tenha de lhe dar mais esclarecimentos do que aqueles que o TC me pediu. Parte do princípio [o jornalista da SÁBADO] que as pessoas são desonestas, nenhuma explicação será suficiente.”

A SÁBADO não detetou no dossiê de Pedro Nuno Santos junto do TC qualquer pedido de “esclarecimentos adicionais”, ou qualquer correção do político. O Tribunal não esclareceu até ao fecho desta edição, se as houve e se estas têm obrigatoriamente de constar no processo.

Montemor-o-novo

Arrumada a dívida ao banco desta primeira habitação, Pedro Nuno Santos e a mulher avançaram para a compra de um segundo imóvel, neste caso uma propriedade no Alentejo, na zona de Montemor-o-novo. A venda foi fixada em escritura a 4 de fevereiro de 2022 por €570 mil. Os vendedores foram um espanhol e uma portuguesa, casados e residentes em Madrid.

A casa tem licença de utilização de 2013, tendo a piscina de 30 m² sido legalizada pouco meses antes da revenda, em novembro de 2021, segundo informação urbanística obtida pela SÁBADO junto da câmara municipal. A compra foi financiada com um crédito na CGD de €455.950 – que, na última declaração do político no TC, de 12 de setembro de 2023, tinha reduzido ligeiramente para €437.957.

Em junho de 2022, quatro meses depois da compra da propriedade, Pedro Nuno Santos (na altura ministro das Infraestruturas) anunciou



VALENTINO SALGADO CUNHA

unilateralmente que o novo aeroporto internacional de Lisboa seria localizado em Alcochete. A decisão foi revogada imediatamente pelo primeiro-ministro e por causa disso, durante horas, a demissão de Pedro Nuno Santos era dada como certa. Não caiu e assumiu a falha.

Alcochete dista 80 km da propriedade de Montemor-o-novo, o que lhe pode dar um potencial de valorização. Mais ainda, este ano, quan-

O carro e a casa

Um arrependimento e um mistério por revelar

Em 2017 informou o Tribunal Constitucional que comprou um **Porsche 997 S**. Face à polémica, disse que foi um erro e vendeu-o.

Algures em 2019 terá vendido esta casa de Lisboa, junto à sede do PS. É um **negócio** de que não quis revelar pormenores.



do já não era ministro, foi proposto à Comissão Técnica Independente para o novo aeroporto uma nova opção a 40 km de Montemor-o-novo: Vendas Novas. Várias reportagens da SIC em outubro davam já conta de ser a escolha mais bem colocada. Um autarca da região confienciava à SÁBADO que “um aeroporto em Vendas Novas ficaria muito perto de Montemor-o-novo, mas não suficientemente perto para sofrer com os seus malefícios”.

Ex-ministro recusa conhecimento ou ligação à opção Vendas Novas, que dista 40 km de Montemor-o-novo

A câmara de Vendas Novas, pela voz do vice-presidente, Valentino Salgado Cunha, diz que nada teve a ver com a proposta. A autarquia passou a empenhar-se na promoção da opção, mas a ideia terá partido de uma reunião de associações ambientalistas, entre elas a Liga para a Proteção da Natureza, conforme nos confirmou um dos seus membros, Jorge Palmeirim. “Não defendemos que seja a melhor, mas sim que seja considerada.” Refere que a opção Vendas Novas surgiu porque tem uma ligação ferroviária a Lisboa. Até ao fim de 2023 a comissão independente indicará ao Governo a opção mais bem classificada. Da *short list* constam várias opções a sul do Tejo: Alcochete, Montijo, Rio Frio, Poceirão e Vendas Novas (Pegões).

Pedro Nuno Santos recusa qualquer relação entre a compra da propriedade e a escolha do novo aeroporto. “Trata-se de uma segunda habitação, para usufruto familiar e não está à venda, pelo que as questões suscitadas acerca disso se encontram respondidas. Por fim, não tive, direta ou indiretamente, por mim ou por interposta pessoa, qualquer influência ou ação na apresentação da proposta de Vendas Novas no âmbito da Comissão Independente de Avaliação do Novo Aeroporto.”

A 15 de março, um mês depois da compra da propriedade, Pedro Nuno Santos e a mulher, segundo a Divisão de Gestão Urbanística da câmara, solicitaram “cópias do projeto de arquitetura, nomeadamente memória descritiva, plantas, cortes e alçados, bem como os respetivos projetos de especialidades – estruturas, águas e esgotos”.

€87.739

Total que tem em 2023 à ordem, a prazo ou em aplicações financeiras. Tem um Land Rover, um BMW e uma Ducati

PEDRO NUNO SANTOS NÃO ATUALIZOU NO TRIBUNAL A COMPRA E VENDA DE TRÊS IMÓVEIS E UM PASSIVO